



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

RELATÓRIO DA VISITA AO MUNICÍPIO DE
CASCAIS -
GRUPO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO
DAS TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS NA
EDUCAÇÃO



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

Mandato do Grupo de Trabalho

Promoção da reflexão, acompanhamento e debate em torno das transferências de competências na educação.

Objetivo da visita

O Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação incluiu no seu Plano de Atividades o acompanhamento da execução dos contratos interadministrativos celebrados em julho de 2015 com 15 municípios (Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Crato, Maia – tendo este sido recentemente denunciado – Matosinhos, Mealhada, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Sousel, Vila Nova de Famalicão e Vila de Rei), ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 30/2015.

Para esse efeito, foi enviado aos mesmos um questionário para se fazer o levantamento da situação e na sequência das respostas de todos os Municípios foi deliberado fazer visitas de trabalho a dois dos Municípios, Matosinhos e Cascais, respetivamente, em 2 e 3 de maio, para reunir com todos os agentes educativos e fazer o balanço da execução dos contratos.

Foi entretanto feita a audição do Conselho das Escolas, da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias, estando a respetiva documentação disponível na página do [Grupo de Trabalho](#).

Para aprofundamento da reflexão e debate da matéria, o Grupo de Trabalho deliberou ainda desenvolver as seguintes atividades:

1. **Audição pública sobre a descentralização de competências na área da educação**, para ouvir os agentes educativos e demais entidades competentes, a realizar no dia 25 de maio (4.ª feira) de manhã, no auditório do Edifício Novo;
2. **Conferência subordinada ao tema “Descentralização de competências na educação: o papel do poder local”**, a realizar no dia 15 de junho (4.ª feira) de manhã, no auditório do Edifício Novo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

Delegação de Deputados

Susana Amador (PS, Coordenadora do Grupo de Trabalho), Ricardo Baptista Leite (PSD), Maria Augusta Santos (PS) e Ana Virgínia Pereira (PCP).

Delegação do Município, Escolas e outras entidades

Câmara Municipal

Vereador da Educação - Frederico Pinho de Almeida

Diretor de Departamento de Educação e Desporto – João Bento Vitorino

Escolas e outras entidades

<u>Entidade</u>	<u>Representação</u>
AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS	
Alapraia	Sílvia Lemos
Alcabideche	António Gomes
Alvide	Rogério Henriques
Carcavelos	Adelino Calado
Cascais	Isabel Carvalho
Cidadela	José João Osório
Frei Gonçalo Azevedo	David Sousa
Ibn Mucana	Teresa Lopes
Matilde Rosa Araújo	Hélia Rodrigues
Parede	José Guerreiro
São João do Estoril	José Loureiro
ESCOLA COM CONTRATO	
Escola Salesiana Manique	Augusto Salvador



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

JUNTAS DE FREGUESIA	
Junta Freguesia Alcabideche	Rui Costa
Junta Freguesia Carcavelos Parede	Zilda Silva
Junta Freguesia Cascais Estoril	Pedro Morais Soares
Junta Freguesia São Domingos Rana	Maria Fernanda Gonçalves
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS	
FAP-Federação Associações Pais e Enc. Educação Conc. Cascais	José Batalha
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Representante Estabelec. Educação Ensino Básico e Secund. privado	Aurora Valois
Representante Estabelec. Educação Ensino Básico e Secund. privado	Enoque Ferreira
Representante das Forças de Segurança	Angelina Ribeiro-em representação
Representante do Conselho Municipal de Juventude	Lara Custódio

Contrato interadministrativo com o Município de Cascais

Contrato n.º 552/2015 - Diário da República n.º 145/2015, Série II de 2015-07-28

O contrato está em execução e abrange todas as escolas da rede pública, que incluem 11 Agrupamentos, e ainda uma escola com contrato de associação, Salesianos de Manique. As infraestruturas escolares só serão transferidas para o Município após reabilitação e as de 2 escolas pertencem à Parque Escolar.

Na resposta ao questionário, o Município informa que tem Carta Educativa elaborada em 2003, atualmente em processo de revisão e está a elaborar o Plano Estratégico Educativo Municipal, que prevê concluir até outubro de 2016. Tem havido intervenção do Conselho Municipal de Educação no âmbito da execução do contrato e da revisão da Carta Educativa e elaboração do Plano Estratégico, bem como reuniões periódicas entre o Município, os Diretores das escolas e a Comissão de Acompanhamento.

Indica depois que existe um diálogo de proximidade em relação ao recrutamento e gestão do pessoal não docente, tendo os Agrupamentos validado os critérios de recrutamento e indicado um elemento para o júri de seleção e em matéria de gestão desse pessoal “o



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

Município delegou nos Diretores dos Agrupamentos competências específicas neste domínio”.

Refere que existe carência de psicólogos e técnicos superiores e “em relação ao apoio a alunos com necessidades educativas especiais, fora das Unidades de Ensino Estruturado e Unidade Multideficiências, têm-se verificado algumas fragilidades e carências de RH, decorrentes da legislação nacional no enquadramento educativo destes alunos”.

Não houve contratação de pessoal docente no âmbito da oferta formativa específica de base local. Foi celebrado protocolo entre o Município e as escolas para as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e o Ministério tem cumprido as suas obrigações neste âmbito.

Têm recebido do Ministério da Educação os recursos financeiros necessários e suficientes para o exercício das competências delegadas e foi-lhes disponibilizado o acesso à plataforma eletrónica dos custos e transferências realizadas. Em relação aos esforços para promover o aprofundamento da autonomia e maior flexibilização das escolas, informam que a estratégia passa por assumirem progressivamente as “obrigações administrativas, libertando os Diretores para as tarefas eminentemente pedagógicas”.

Em relação à **avaliação da execução do contrato** referem o seguinte: “O tempo de vigência do contrato, que entrou em vigor em 1 de setembro, não permite ainda fazer uma avaliação definitiva. Contudo, foi desde já possível iniciar o ano letivo com ganhos significativos em relação ao passado, com a colocação pelo Município de pessoal não docente. Para além disso, em razão da vigência deste contrato, registou-se uma maior aproximação entre o Município, os Agrupamentos de Escolas e as Associações de Pais”.

As respostas ao questionário remetidas pelos 14 Municípios (dado que o Município da Maia denunciou recentemente o contrato) estão disponíveis na [página do Grupo de Trabalho](#).

Reunião no Município de Cascais

O Vereador da Educação da Câmara Municipal de Cascais, Frederico Pinho de Almeida, deu as boas vindas aos presentes e informou que Cascais faz parte da Rede Internacional de Cidades Educadoras e recebe este ano o XV Congresso da Rede, tendo de seguida sido feita a apresentação do respetivo vídeo de candidatura.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

A Deputada Susana Amador (PS), Coordenadora do Grupo de Trabalho, fez o enquadramento e deu informação sobre as atividades desenvolvidas e previstas pelo mesmo e indicou depois que o Governo também tem um Grupo de Trabalho interministerial para acompanhamento do processo da descentralização de competências na educação, e está a preparar uma lei-quadro das competências, para continuar e aprofundar o processo. Referiu depois que a Assembleia da República está a participar no processo e a contactar os agentes da comunidade educativa e realçou a autonomia do poder local, a não pôr em causa a autonomia das escolas, tendo indicado que a escola pública é uma grande conquista da democracia.

O Vereador Frederico Pinho de Almeida referiu que os Municípios ficam agradados com a visita dos Deputados da Assembleia da República e defendeu que uma gestão de proximidade é tendencialmente mais eficaz. Referiu depois que em 2012 pediram um [estudo à Universidade do Porto](#) e foi criado o projecto de Administração Local de Educação e Formação de Cascais, com um novo modelo em termos de educação, resultante da cooperação entre as escolas e a Câmara Municipal (ALEF), que levaram ao Governo. Quando o Governo lançou o programa Aproximar, Cascais aderiu, tendo o processo sido negociado pelo Governo e a autarquia, com o consenso global das escolas e das Associações de Pais.

Em relação ao contrato interadministrativo de delegação de competências, referiu, em síntese, o seguinte:

1. O contrato não inclui as infraestruturas, tendo justificado que só aceitaram o que era positivo para o concelho e indicado que há 2 escolas provisórias que se encontram nessa situação há mais de 20 anos e outra que se encontra numa situação grave em termos de instalações, pelo que só haverá transferência das infraestruturas com as verbas respectivas;
2. O arranque do ano lectivo 2015-2016 foi muito melhor que o dos anteriores em termos de pessoal não docente e trata-se de um ano de transição, em que ainda houve recurso a contratos emprego-inserção, mas lançaram já um concurso para recrutamento de 70 assistentes operacionais, ficando o referido tipo de contrato só para situações excepcionais;
3. A Comissão de Acompanhamento da execução do contrato reúne regularmente e tem tido um funcionamento positivo;
4. A comunicação tem fluído e há uma ligação muito próxima entre o Município, as escolas e as Associações de Pais;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

5. Há necessidade de reponderar a substituição do pessoal com “baixa”/ausência de longa duração, mais de 30 dias. Pediram ao Ministério da Educação a atribuição de “horas de limpeza”, para colmatar as falhas, mas não foi aceite;
6. Não aceitam ser intermediários financeiros, as verbas para pagamento da água e luz das escolas vêm do Ministério da Educação para as escolas e estas fazem os pagamentos respectivos, não passando pelo Município;
7. Em relação à distribuição do leite escolar, assumiram as competências inerentes a partir de 1/1/2016, fizeram um concurso para todas as escolas do município e o custo baixou pelo efeito de escala;
8. Está em implementação um software de gestão único das escolas;
9. Alguns departamentos do Ministério da Educação não têm conhecimento do contrato interadministrativo de delegação de competências, verificando-se desarticulação de informação;
10. A rede escolar é definida com a participação do Ministério da Educação;
11. Verifica-se um desfasamento entre o discurso político e a prática no que se refere ao ensino profissional, tendo indicado ainda limitações da DGEST na criação de novas turmas daquele ensino, mesmo que reduzam as turmas do ensino regular;
12. O ensino profissional tem registado muito bons resultados e o Município tem feito um grande investimento a esse nível, nomeadamente, em infraestruturas e equipamento;
13. A Carta Educativa e o Plano Estratégico Educativo Municipal estão em revisão, com o apoio do Instituto Superior Técnico, incluindo a intervenção na área do desporto, criação de fóruns, etc;
14. 25% da componente curricular pode ser local, da autonomia do concelho e vai ser definida no Plano Estratégico Educativo Municipal, sem pôr em causa a autonomia de cada Agrupamento de Escolas que tenha projectos educativos específicos;
15. A manutenção das escolas do 1.º ciclo e dos jardins-de-infância foi delegada nas Juntas de Freguesia e tem corrido de forma positiva.

Intervieram depois os Diretores de várias escolas, indicando, em resumo, o seguinte:

1. Louvaram a presença dos Deputados e a respetiva posição de proximidade e pediram um entendimento dos partidos em relação às políticas educativas, que lhes dê continuidade e estabilidade, evitando situações como a variação nos exames;
2. A descentralização é um desafio para todos e implica muita prática de diálogo e uma relação de confiança e transparência no processo. Pediram uma lei-quadro com a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

- clarificação dos poderes das várias partes, para que haja maior confiança dos intervenientes;
3. O grande salto é o currículo, matéria a incluir no Plano Estratégico Educativo Municipal. Não há disciplinas estruturantes, são todas importantes;
 4. Tem-se registado uma proximidade com a equipa de educação do Município e fazem uma avaliação positiva do contrato;
 5. Manifestaram preocupação com o facto de este ano, no ensino profissional, só haver um número de turmas igual ao do ano anterior;
 6. O novo despacho de gestão do ano letivo introduz alterações. Anteriormente havia mais delegação de competências dos Diretores Gerais nos Diretores das escolas;
 7. A melhoria de desempenho prevista no artigo 41.º do contrato interadministrativo (a nível de abandono escolar, classificações dos exames nacionais e taxa de retenção) não se consegue facilmente.

Os representantes da Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais (FERLAP) referiram o seguinte:

1. A FERLAP deliberou apoiar o contrato e vê-lo como o início de um processo;
2. Pedem mais autonomia para o Município e as escolas;
3. Há necessidade de o Município negociar com o Ministério da Educação as questões das instalações;
4. Pedem estabilidade no essencial das políticas educativas.

Intervieram depois os Deputados Ricardo Baptista Leite (PSD), Maria Augusta Santos (PS) e Ana Virgínia Pereira (PCP), indicando as posições dos respetivos Grupos Parlamentares em relação à descentralização na educação (a favor os Deputados do PSD e do PS e com reticências a Deputada do PCP).

O Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) fez referência à interligação de todos os agentes educativos, à delegação de competências nas escolas, às desigualdades a nível social, que exigem diferenciação positiva, à existência no concelho de um número idêntico de estudantes no ensino privado (49%) e no público (51%) e manifestou a necessidade de paz e continuidade nas políticas educativas, que ultrapassem os ciclos políticos.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) saudou a Câmara e os atores educativos, incluindo os alunos, realçando que estes precisam das ferramentas que a escola lhes dá. Indicou que não se recordava de um ano em que não tivesse havido alterações na escola, salientou a grande



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

evolução da formação e qualificação dos jovens e manifestou confiança no Governo atual, bem como nos anteriores. Enfatizou ainda o esforço de todos, incluindo o trabalho parlamentar e a necessidade de diálogo permanente.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) informou que o Município da Maia já tinha denunciado o contrato interadministrativo, que só incluía um Agrupamento de Escolas, tendo indicado que não havia entusiasmo dos diretores das outras escolas do município em relação ao contrato. Referiu depois que o PCP não concorda com a transferência/delegação de competências, entendendo que a educação é uma função social do Estado, da qual este não deve desresponsabilizar-se sob pena de se pôr em causa a universalização da educação para todos, dadas as assimetrias que se verificam quer entre os diferentes concelhos quer na forma como cada município valoriza a educação, podendo potencializar as já tão graves desigualdades .

Mencionou que o processo de delegação tinha sido secreto, sem transparência, não tendo sido clarificado pelo Ministério da Educação nem pelos Municípios, os professores não tinham sido ouvidos e mais de 90% estava contra a delegação de competências. Acrescentou que os Municípios se queixam da falta de transferência de verbas ao nível do 1.º ciclo, realçou que a contratação de docentes para as AEC é feita por empresas, em vários Municípios, com preços/hora muito baixos e referenciou a falta de assistentes operacionais e a insuficiência dos rácios desse pessoal, tendo-se ainda manifestado contra os contratos emprego-inserção.

Defendeu que as funções pedagógicas se integram na competência exclusiva das escolas e salientou que os contratos interadministrativos inicialmente previam a contratação de docentes, que depois não foi incluída. Por último, realçou que está prevista a hipótese da existência de oferta de base local, até 25% do currículo, podendo o Município contratar docentes para esse efeito.

Interveio depois um Vereador do PCP, valorizando a escola pública, referindo que muitas têm más instalações e não têm obras, entendendo que deviam ter sido incluídas no contrato. Queixou-se ainda das refeições nos refeitórios escolares.

A representante do ensino privado referiu que os colégios estão com problemas, devidos à concorrência e recebem alunos com dificuldades. Salientou a grande diversidade de oferta do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

ensino privado, a concorrência entre colégios e com a escola pública e realçou que Cascais é rico em variedade de oferta.

Na sequência das questões e observações colocadas, o Vereador Frederico Pinho de Almeida informou que as AEC são desenvolvidas através de parcerias com as Juntas de Freguesia, as Associações de Pais e as Instituições Particulares de Solidariedade Social e quando alguma das partes não está contente, altera-se a situação. O aspecto de menor bom funcionamento resulta do Ministério da Educação, que só dá indicações sobre as AEC em julho, tendo pedido mais antecedência. Manifestou ainda discordância em relação à fixação de uma hora por dia.

Referiu que não se queixava da falta de transferência de verbas, mas sim da alocação das mesmas. Salientou que aceitaria a transferência das instalações, mas apenas com as verbas necessárias e informou que têm tido intervenções mesmo nas escolas da responsabilidade do Ministério da Educação. Esclareceu que em Cascais nunca se falou em transferência de competências em relação ao pessoal docente.

Indicou que a alimentação é uma responsabilidade do Município no 1.º ciclo, referiu o valor a pagar pelos alunos com SASE, salientou que os alunos sem apoio pagam 1,46€ e informou que no caso dos alunos do 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, mesmo que os pais não paguem a senha, o aluno não deixa de almoçar. Indicou ainda que este ano foi introduzido o lanche nas escolas, integralmente pago pelo Município.

A terminar, referiu que o Município não faz apologia do ensino privado, defendendo o ensino público e salientou que fizeram grandes investimentos no âmbito do ensino profissional e numa escola inclusiva.

A documentação da visita é disponibilizada na [página do Grupo de Trabalho](#).

Palácio de S. Bento, 03 de maio de 2016

A assessora da Comissão
Teresa Fernandes